

PROCESSO TCE N° 132.215

ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 11.565/2019

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO**

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR** e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. **AUSENTE**, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia.

Rio Branco - Acre, 12 de dezembro de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 132.215

ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

### RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**<sup>1</sup>.
2. Em 02 de maio de 2019, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*<sup>2</sup>, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>3</sup>.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 84) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD** (fls. 85/88).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. João Izidro de Melo Neto se manifestou pela regularidade, com ressalvas, das contas

<sup>1</sup> Diretora Presidente;

<sup>2</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

<sup>3</sup> Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 132.215 (Acórdão n. 11.565/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

apresentadas, com fundamento no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fls. 93/94).

5. É o Relatório.

6. Rio Branco, 12 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

PROCESSO TCE N° 132.215

ENTIDADE: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (5ª edição do Manual de Referência), tendo sido encaminhada tempestivamente e com documentação necessária ao seu processamento (Anexo VI);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 03/52) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 132.215 (Acórdão n. 11.565/2019/Plenário)

inclusive com a indicação de profissional da área de contabilidade<sup>5</sup>, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

c) o Órgão apresentou as “Declarações de Nada Consta” para os itens IV a XIV do Anexo VI, da Resolução n. 87/2013<sup>6</sup>, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da referida Resolução<sup>7</sup>, cabendo destacar que não houve movimentação de recursos financeiros no exercício;

d) prosseguindo, a diminuta, quase irrisória, destinação de recursos à **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD** confirma-se pelo teor da Lei Estadual n. 3.370, de 28-12-2017, que estimou receitas e despesas no patamar de R\$ 1,00 (um real), e pelo **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, bem como pelo **RELATÓRIO SINTÉTICO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS**, não tendo havido suplementações ou anulações<sup>8</sup>;

e) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** e a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, não há bens em nome da Fundação, tendo sido esclarecido em Nota Explicativa (Prestação de Contas relativa ao exercício de 2017, autos n. 129.036, julgada regular) que os bens da Unidade foram transferidos para a Fundação Elias Mansour em maio de 2016, no valor total de R\$ 136.044,00 (cento e trinta e seis mil e quarenta e quatro reais), consoante “Termo de Transferência Interna entre a FDRHCD

<sup>5</sup> Marcelo Augusto Jorge - Portaria n. 454, de 08-05-2017;

<sup>6</sup> IV. Justificativa para o cancelamento e prescrição de restos a pagar;

V. Relatório da dívida fundada de forma individualizada e com suas especificações;

VI. Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações bancárias, inclusive as contas bancárias que apresentarem saldos zerados;

VII. Relação de todas as contas bancárias abertas ou encerradas no exercício;

VIII. Relatório sintético dos decretos de abertura de créditos adicionais;

IX. Demonstrativos dos recursos concedidos, por meio de convênios, acordos, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres e suas alterações, por subvenção, doação, auxílio ou contribuição, justificando os saldos remanescentes de exercícios anteriores e os valores pendentes, ou em aberto, no exercício;

X. Demonstrativo das obras contratadas e suas alterações;

XI. Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

XII. Demonstrativo das diárias;

XIII. Atualização do inventário analítico dos bens móveis e imóveis e relação detalhada de máquinas e veículos considerando as aquisições e baixas ocorridas no exercício findo, nos termos dos arts. 94 a 96 da Lei nº 4.320/64;

XIV. Relatório de movimentação do almoxarifado, apresentando o saldo inicial, entradas e saídas e saldo final do exercício findo;

<sup>7</sup> § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

<sup>8</sup> Houve o desembolso pela SGA do montante de R\$ 2.469.807,07 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil oitocentos e sete reais e sete centavos) para o pagamento de pessoal;

Processo TCE n. 132.215 (Acórdão n. 11.565/2019/Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

e a FEM”, que consta nos autos n. 124.309 (Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2016, julgada regular com ressalva)<sup>9</sup>.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>10</sup>, pela:

**3.1) APROVAÇÃO da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA CULTURA E DO DESPORTO - FDRHCD**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade da **SRA. KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS**, considerando-a **REGULAR**, e

**3.2) REMESSA dos autos ao ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 12 de dezembro de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

<sup>9</sup> Acórdão n. 10.990, de 22 de novembro de 2018

EMENTA: Prestação de Contas. Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto (FDRHCD). Apuração da ausência de informação sobre o valor das causas nos processos judiciais em desfavor da FDRHCD. Regularidade com ressalva. Notificação. Arquivamento.

<sup>10</sup> Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;

Processo TCE n. 132.215 (Acórdão n. 11.565/2019/Plenário)